



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017
(Do Senhor Givaldo Vieira)

Solicita a realização de Seminário Nacional e Seminários Regionais para debater a garantia da universalização do saneamento básico com qualidade e controle social.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, a realização de 7 Seminários Regionais e um Seminário Nacional para debater a garantia da universalização do saneamento básico com qualidade e controle social para o fortalecimento do papel do Estado como garantidor desse direito constitucional.

Para tanto, solicito a realização dos seguintes Seminários Regionais, a serem realizados em uma das capitais dos estados relacionados, e um Seminário Nacional a ser realizado em Brasília – DF.

- Seminário 1 – Região Norte (Estados: Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Acre e Amazonas);
- Seminário 2 – Região Nordeste (Estados: Bahia, Paraíba e Alagoas);
- Seminário 3 – Região Nordeste (Estados: Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão);
- Seminário 4 – Região Nordeste (Estado: Sergipe);
- Seminário 5 – Região Sul (Estados: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina);
- Seminário 6 – Região Sudeste (Estado: Espírito Santo);
- Seminário 7 – Região Sudeste (Estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais);
- Seminário Nacional com a temática: Os desafios da Universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e a construção do Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA – 2018.



JUSTIFICAÇÃO

Apesar das conquistas sociais que o Brasil experimentou na última década, há ainda muito o que fazer sobre a questão do saneamento básico. O Plano Nacional de Saneamento Básico visava atender 90% do território com o tratamento e destinação adequada do esgoto até 2033, entretanto essa data já não é mais viável. O problema é crônico e histórico no país. Atualmente, quase metade da população (43%) vive em cidades sem rede de tratamento de esgoto.

Um levantamento do Instituto Trata Brasil mostra que o país não conseguirá alcançar a universalização do sistema nos próximos 20 anos se o trabalho de implantar serviços de água e esgoto continuar no ritmo observado. A constatação de que não será possível atender 90% do território nacional com tratamento e destinação adequada de esgoto até 2033 é o ritmo lento das obras e a falta de comprometimento das gestões envolvidas. Os diversos atores envolvidos justificam que, no atual modelo, as prefeituras dos pequenos municípios têm dificuldade de administrar o problema, seja por falta de pessoal especializado (técnicos, engenheiros e empreiteiras), ou por desinteresse por parte dos prefeitos.

Outro ponto notável é a significativa desigualdade entre as regiões: enquanto na região Norte cerca de 90% dos brasileiros vivem sem o serviço de saneamento básico, no Sudeste essa parcela da população representa só 17%.

Na infraestrutura brasileira, o setor com maior déficit de atendimento e maiores desafios de expansão é o saneamento. A lenta expansão das redes e a baixa qualidade na prestação dos serviços têm trazido fortes implicações para o país.

A consequência direta da ausência desse serviço expressa-se nos elevados números de doenças por veiculação hídrica constatadas nos relatórios anuais apresentados pelo Sistema Único de Saúde – SUS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Fortalecer o papel do Estado no provimento desses serviços é estratégico na perspectiva da universalização do acesso ao saneamento básico.

Se a sociedade almeja promover uma reforma urbana composta de reformas de base capazes de democratizar as ações públicas de investimentos, de forma inclusiva e transparente, em infraestrutura que atendam a todas as áreas das cidades, debater o tema de universalização do saneamento básico mostra-se como o principal ponto de início para a construção das demais reformas de base.

É o papel da sociedade exigir e fiscalizar a atuação do Estado nesse aspecto de forma a assegurar uma atuação garantidora e eficaz.

Ademais, ressalte-se que, no ano de 2018, ocorrerá em Brasília o Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA e o 8º Fórum Mundial da Água, momentos importantes e privilegiados para que se aprofunde o debate sobre a preservação e o fortalecimento da soberania nacional sobre seus bens naturais e estratégicos.

Pelo exposto, solicito aos nobres membros deste Colegiado a aprovação deste Requerimento.

Sala das Comissões, em 11 de julho de 2017.

Deputado Givaldo Vieira

PT/ES